ROGÉRIO SANCHES CUNHA
Promotor de Justiça no Estado de São Paulo
Professor de Penal da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo,
da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso e
do CERS (Complexo de Ensino Renato Saraiva)

MANUAL DE DIREITO PENAL

PARTE GERAL

OBRA ATUALIZADA COM AS LEIS:
altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503,
de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro
altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de
1940 - Código Penal; e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de
1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de
outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana
(HIV) e doentes de aids
altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente,
para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de
liberdade
dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Có-
digo Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A
altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente,
para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados
sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei
nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

3ª EDIÇÃO - 2015
REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

EDITORA JUSPODIVM
# SÚMARIO

PREFÁCIO DE UM AMIGO-EDITOR A UM AMIGO-AUTOR ....................... 27

PARTE 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

CAPÍTULO 1
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL ............................................. 31
1. Definição ................................................................................. 31
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal,
   Criminologia e Política Criminal ........................................... 33
3. Funcionalismo ......................................................................... 34
4. Categorias do Direito Penal ................................................... 35
5. “Privatização” do Direito Penal ............................................. 40
6. As velocidades do Direito Penal ............................................. 41

CAPÍTULO II
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL ................................. 43
1. Introdução ................................................................................. 43
2. Vingança Penal ....................................................................... 43
   2.1. Vingança divina ................................................................ 43
   2.2. Vingança privada ............................................................. 43
   2.3. Vingança pública ............................................................. 44
3. Direito Penal na Grécia Antiga ............................................... 44
4. Direito Penal em Roma ......................................................... 45
5. Direito Penal Germânico ....................................................... 45
6. Direito Penal na Idade Média .................................................. 46
7. Escolas Penais ......................................................................... 46
8. História do Direito Penal Brasileiro ........................................ 50
CAPÍTULO III
FONTES DO DIREITO PENAL .......................................................... 51
1. Introdução.......................................................................................................... 51
2. Fonte material do Direito Penal................................................................. 51
3. Fonte formal do Direito Penal................................................................. 51
   3.1. Fonte formal do Direito Penal à luz da doutrina moderna................. 52
4. Fonte informal do Direito Penal (costumes)........................................ 54
5. Características e classificação da lei penal........................................ 56

CAPÍTULO IV
INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL .................................................. 59
1. Introdução.......................................................................................................... 59
2. Interpretação extensiva................................................................................ 61
3. Interpretação analógica.............................................................................. 63
4. Integração da lei penal (analogia)............................................................. 64

CAPÍTULO V
TEORIA GERAL DA NORMA PENAL .............................................. 67
1. Princípios e sua relação com o Direito Penal.......................................... 67
2. Princípios gerais do Direito Penal............................................................ 68
   2.1. Princípios relacionados com a missão fundamental do Direito Penal... 68
      2.1.1. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.............. 68
      2.1.2. Princípio da intervenção mínima .................................. 69
   2.2. Princípios relacionados com o fato do agente................................. 80
      2.2.1. Princípio da exteriorização ou materialização do fato .... 80
      2.2.2. Princípio da legalidade .................................................. 80
      2.2.3. Princípio da ofensividade ou lesividade ......................... 91
   2.3. Princípios relacionados com o agente do fato................................. 93
      2.3.1. Princípio da responsabilidade pessoal.......................... 93
      2.3.2. Princípio da responsabilidade subjetiva ....................... 94
      2.3.3. Princípio da culpabilidade .......................................... 95
      2.3.4. Princípio da igualdade ................................................. 95
      2.3.5. Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa) .... 96
   2.4. Princípios relacionados com a pena .................................................. 97
      2.4.1. Princípio da dignidade da pessoa humana .................... 97
      2.4.2. Princípio da individualização da pena.......................... 98
SÚMARIO

2.4.3. Princípio da proporcionalidade................................................. 98
2.4.4. Princípio da pessoalidade......................................................... 98
2.4.5. Princípio da vedação do "bis in idem"......................................... 98

CAPÍTULO VI

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO .............................................. 101
1. Introdução.......................................................................................... 101
2. Tempo do crime .................................................................................... 101
3. Sucessão de leis no tempo .................................................................... 102
3.1. Sucessão de lei incriminadora.......................................................... 103
3.2. Novatio legis in pejus......................................................................... 103
3.3. Abolitio criminis............................................................................... 104
3.4. Novatio legis in melius....................................................................... 105
3.5. Princípio da continuidade normativo-tipica...................................... 109
4. Lei temporária e lei excepcional............................................................ 110
4.1. Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais.................... 111
5. Lei penal no tempo: questões complementares...................................... 112
5.1. Retroatividade da jurisprudência....................................................... 112
5.2. Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco.......... 113
5.3. Lei intermediária............................................................................... 114

CAPÍTULO VII

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO................................................ 117
1. Princípios aplicáveis e territorialidade............................................... 117
2. Lugar do crime....................................................................................... 120
3. Extraterritorialidade............................................................................. 121
4. Pena cumprida no estrangeiro............................................................... 124

CAPÍTULO VIII

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS......................... 125
1. Introdução............................................................................................ 125
2. Imunidades diplomáticas...................................................................... 125
3. Imunidades parlamentares................................................................. 127
3.1. Imunidade parlamentar absoluta (freedom of speech)...................... 127
3.2. Imunidade parlamentar relativa....................................................... 129
3.2.1. Relativa ao foro............................................................................ 129
3.2.2. Relativa à prisão .......................................................... 130
3.2.3. Relativa ao processo ....................................................... 132
3.2.4. Relativa à condição de testemunha .................................. 132
3.3. Imunidades parlamentares e o estado de sitio ...................... 133
3.4. Imunidades do parlamentar licenciado ................................ 133
3.5. Imunidades dos deputados estaduais ................................ 133
3.6. Imunidades dos vereadores .............................................. 134
3.7. Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri ............. 135

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS ............................................................... 137
1. Eficácia da sentença estrangeira ......................................... 137
2. Contagem do prazo ............................................................. 138
3. Frações não computáveis da pena ....................................... 139
4. Conflito aparente de normas ............................................... 139
   4.1. Especialidade (lex specialis derogat legi generali) .......... 140
   4.2. Subsidiariedade (lex primaria derogat legi subsidiariae) .. 141
   4.3. Consunção (lex consumens derogat legi consumptae) .... 142

PARTE 2 – TEORIA GERAL DO CRIME

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME .......................... 147
1. Introdução ........................................................................ 147
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal ................. 148
3. Diferenças entre crime e contravenção penal ....................... 149
   3.1. Quanto à pena privativa de liberdade imposta ............... 149
   3.2. Quanto à espécie de ação penal ................................ 149
   3.3. Quanto à admissibilidade da tentativa ....................... 149
   3.4. Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira .... 149
   3.5. Quanto à competência para processar e julgar ........... 150
   3.6. Quanto ao limite das penas ..................................... 150
   3.7. Quanto ao período de prova do sursis ....................... 150
   3.8. Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária .. 150
3.9. Quanto à possibilidade confisco .............................................................. 150
4. Sujeitos (ativo e passivo) do crime............................................................. 151
5. Objetos (material e jurídico) do crime material.......................................... 157
6. Classificação doutrinária de crimes .......................................................... 159
6.1. Crime material, formal e de mera conduta .............................................. 160
6.2. Crime comum, próprio e de mão própria................................................. 160
6.3. Crime doloso, culposo e preterdoloso..................................................... 161
6.4. Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes ...... 161
6.5. Crime consumado e tentado .................................................................... 162
6.6. Crime de dano e de perigo ....................................................................... 162
6.7. Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado................................. 162
6.8. Crime plurissubjetivo e unissubjetivo....................................................... 163
6.9. Crime comissivo e omissivo .................................................................... 164
6.10. Crime unissubsistente e plurissubsistente............................................... 164
6.11. Crime habitual ....................................................................................... 165
6.12. Outras classificações ............................................................................. 165
7. Substratos do crime .................................................................................... 172

CAPÍTULO II

FATO TÍPICO ......................................................................................................... 173
1. Introdução ..................................................................................................... 173
2. Conduita ....................................................................................................... 173
2.1. Teoria Causalista .................................................................................... 174
2.2. Teoria Neokantista .................................................................................. 176
2.3. Teoria Finalista ....................................................................................... 179
2.4. Teoria social da ação ............................................................................. 181
2.5. Teorias funcionalistas ............................................................................ 182
2.5.1. Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Politica Criminal 182
2.5.2. Funcionalismo Radical, Sistêmico ou Monista ................................. 183
2.6. Teoria da ação significativa .................................................................... 186
2.7. Características e elementos da conduta ............................................... 187
2.8. Causas de exclusão da conduta ............................................................. 187
2.8.1. Caso Fortuito ou de Força Maior ....................................................... 187
ROGÉRIO SANCHES CUNHA

2.8.2. Involuntariedade ................................................................. 188
2.8.3. Coação física irresistível (vis absoluta) ................................ 189
2.9. Formas de conduta .................................................................. 189
2.9.1. Quanto à voluntariedade do agente .................................. 189
2.9.2. Erro de tipo ......................................................................... 206
2.9.3. Quanto ao modo de execução .............................................. 217

3. Resultado ...................................................................................... 224
4. Nexo causal .................................................................................. 228
4.1. Conceito .................................................................................. 228
4.2. Concausas ................................................................................. 230
4.3. A teoria da imputação objetiva ............................................... 234
4.3.1. Criação ou incremento de um risco proibido ....................... 236
4.3.2. Realização do risco no resultado ......................................... 237
4.3.3. Resultado se encontra dentro do alcance do tipo ................ 238
4.4. Causalidade nos crimes omissivos ........................................... 239

5. Tipicidade penal ............................................................................ 240
5.1. Evolução da tipicidade penal .................................................. 240
5.2. Tipicidade conglobante .......................................................... 241
5.3. Espécies de tipicidade formal .................................................. 243
5.4. Tipo penal: elementos ............................................................... 244
5.5. Tipo penal: modalidades ........................................................... 245

CAPÍTULO III
ILICITUDE ......................................................................................... 247
1. Conceito ....................................................................................... 247
2. Relação entre tipicidade e ilicitude .............................................. 248
3. Causas excludentes da ilicitude (descriminantes ou justificantes) 250
3.1. Estado de necessidade .............................................................. 251
3.1.1. Requisitos do estado de necessidade ................................... 252
3.1.2. Estado de necessidade e erro na execução ......................... 257
3.2. Legitima defesa ......................................................................... 257
3.2.1. Requisitos da legitima defesa .............................................. 257
3.2.2. Legitima defesa e erro na execução ..................................... 261
3.3. Estrito cumprimento de um dever legal .................................. 262
3.4. Exercício regular de um direito ............................................... 263
3.4.1. A problemática dos "ofendículos" ...................................... 264
3.5. Consentimento do ofendido..................................................................................... 265
4. Excesso nas justificantes ......................................................................................... 267
5. Discriminante putativa......................................................................................... 269

CAPÍTULO IV

CULPABILIDADE ........................................................................................................ 271
1. Conceito ............................................................................................................. ... 271
2. Teorias da culpabilidade ...................................................................................... 273
   2.1. Teoria psicológica da culpabilidade ................................................................. 273
   2.2. Teoria psicológica normativa ............................................................................ 273
   2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade (ou extremada da culpabilidade) ..... 273
   2.4. Teoria limitada da culpabilidade ..................................................................... 274
   2.5. Teoria da coculpabilidade .............................................................................. 275
3. A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato .............................................. 275
4. Culpabilidade formal e material ........................................................................ 276
5. Elementos da culpabilidade ................................................................................ 277
   5.1. Imputabilidade ................................................................................................. 277
       5.1.1. Causas de inimputabilidade ...................................................................... 278
       5.1.2. A imputabilidade do índio não integrado.................................................. 284
       5.1.3. A emoção e paixão .................................................................................... 285
       5.1.4. A constatação da inimputabilidade ............................................................ 285
   5.2. Potencial consciência da ilicitude ..................................................................... 286
       5.2.1. Erro de proibição ...................................................................................... 287
   5.3. Exigibilidade de conduta ................................................................................ 290
       5.3.1. Coação irresistível ..................................................................................... 291
       5.3.2. Obediência hierárquica ............................................................................. 292
       5.3.1. Dirimentes supralegais ............................................................................. 295
   5.4. Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade ................................. 296

CAPÍTULO V

PUNIBILIDADE ............................................................................................................ 297
1. Conceito ............................................................................................................... 297
2. Causas de extinção da punibilidade .................................................................... 298
   2.1. Morte do agente ............................................................................................. 300
   2.2. Anistia, graça e indulto .................................................................................. 301
       2.2.1. Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados .. 302
CAPÍTULO VI
“ITER CRIMINIS” ................................................................. 333
1. Introdução ................................................................................. 333
2. Fases do crime........................................................................... 333
  2.1. Cogitação .............................................................................. 333
  2.2. Atos preparatórios ............................................................... 334
  2.3. Atos executórios ................................................................. 334
  2.4. Consumação ........................................................................ 336
3. Crime consumado .................................................................... 336
4. Da tentativa ............................................................................. 338
  4.1. Infrações penais que não admitem tentativa ...................... 341
5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz ....................... 343
  5.1. Desistência voluntária ....................................................... 345
  5.2. Arrependimento eficaz ...................................................... 347
6. Arrependimento posterior .................................................... 348
  6.1. Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa 350
7. Crime impossível .................................................................... 353

CAPÍTULO VII
CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES ...................... 357
1. Introdução ............................................................................. 357

12
PARTE 3
TEORIA GERAL DA PENA ............................................................... 381

CAPÍTULO I
CONCEITO E FUNDAMENTOS DE PENA .............................................. 383
1. Introdução......................................................................................... 383
2. Finalidades (ou funções) da pena.................................................. 383
   2.1. Finalidade da pena no Brasil.................................................. 384
3. Justiça restaurativa........................................................................... 386
4. Princípios informadores da pena..................................................... 386
5. Penas proibidas no Brasil............................................................... 393
6. Penas permitidas no Brasil............................................................. 395

CAPÍTULO II
APLICAÇÃO DA PENA ........................................................................ 399
1. Introdução......................................................................................... 400
2. Fixação da pena privativa de liberdade......................................... 400
3. Primeira fase de aplicação da pena ................................................. 401
3.1. Culpabilidade do agente ........................................................................... 403
3.2. Antecedentes do agente ....................................................................... 403
3.3. Conduta social do agente ..................................................................... 405
3.4. Personalidade do agente ..................................................................... 405
3.5. Motivos do crime ................................................................................ 405
3.6. Circunstâncias do crime ..................................................................... 405
3.7. Consequências do crime ..................................................................... 406
3.8. Comportamento da vítima .................................................................... 406
4. Segunda fase de aplicação da pena ....................................................... 406
4.1. Das agravantes .................................................................................... 407
  4.1.1. Reincidência (art. 61, I) ............................................................... 409
  4.1.2. Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”) ......................................... 414
  4.1.3. Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”) .............................................................................................. 414
  4.1.4. Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”) .............................................................. 415
  4.1.5. Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, de o que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”) ........................................... 415
  4.1.6. Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e”) ................................................................. 416
  4.1.7. Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, “f”) ................................................................. 416
  4.1.8. Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, “g”) ................................................................. 416
  4.1.9. Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h”) ................................................................. 417
  4.1.10. Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”) ................................................................. 417
  4.1.11. Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundações ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”) ................................................................. 418
  4.1.12. Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “k”) ................................................................. 419
4.1.13. Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62) .......................................................... 419

4.2. Das atenuantes ....................................................................................................................................................... 420

4.2.1. Menoridade (art. 65, I, 1ª parte) .................................................................................................................. 421

4.2.2. Senilidade (art. 65, I, 2ª parte) .................................................................................................................. 422

4.2.3. O desconhecimento da lei (art. 65, II) .................................................................................................. 422

4.2.4. Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, “a”) ......................................................... 423

4.2.5. Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento reparado o dano (art. 65, III, “b”) ........................................... 423

4.2.6. Cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”) .................................................. 424

4.2.7. Confessado espontaneamente perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”) ....................... 424

4.2.8. Cabe a atenuante quando a confissão é qualificada (ou somente quando simples)? ..................................... 425

4.2.9. Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, “e”) ............. 426

4.2.10. Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66) .................................................................................. 426

5. Terceira fase de aplicação da pena .................................................................................................................. 427

5.1. Concurso (homogêneo) de causas de aumento .................................................................................. 429

5.2. Concurso (homogêneo) de causas de diminuição ................................................................................. 429

5.3. Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição ..................................................... 430

6. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade .......................................................... 430

6.1. Regime fechado ........................................................................................................................................... 431

6.2. Regime semiaberto .................................................................................................................................... 432

6.3. Regime aberto ........................................................................................................................................... 433

6.4. Pena de reclusão ....................................................................................................................................... 433

6.5. Pena de detenção ...................................................................................................................................... 435

6.6. Pena de prisão simples .......................................................................................................................... 435

6.7. Regime de cumprimento de pena do índio ......................................................................................... 435

6.8. Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher ............................................................ 436

6.9. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração .......................................................... 436

7. Penas e medidas alternativas à prisão ........................................................................................................ 437

7.1. As penas restritivas de direitos ................................................................................................................. 438
7.1.1. Introdução................................................................. 438
7.1.2. Restritivas de direitos: espécies ................................. 439
7.1.3. Restritivas de direitos: características ....................... 443
7.1.4. Restritivas de direitos: requisitos .............................. 444
7.1.5. Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados) ......................................................... 445
7.1.6. Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal ....................... 446
7.1.7. Penas restritivas de direitos x crime de roubo .............. 446
7.1.8. Penas restritivas de direitos x crimes militares ............ 447
7.1.9. Restritivas de direitos: regras da substituição ............. 447
7.1.10. Restritivas de direitos: conversão ............................. 447

7.2. A pena de multa........................................................ 449
7.2.1. Introdução............................................................. 449
7.2.2. Aplicação da pena de multa .................................... 450
7.2.3. Pagamento (voluntário) da multa ............................... 451
7.2.4. Não pagamento da pena de multa .............................. 452
7.2.5. Causas de suspensão e interrupção da prescrição da pena de multa ................................................................. 453
7.2.6. Cumulação de penas de multa ................................ 454
7.2.7. A multa e a Lei Maria da Penha ................................. 454
7.2.8. Pena de multa e prestação pecuniária: distinções ......... 455

7.3. A suspensão condicional da pena ("sursis") ....................... 455
7.3.1. Conceito e natureza jurídica .................................... 455
7.3.2. Sistemas .............................................................. 456
7.3.3. Espécies, requisitos e condições ............................... 457
7.3.4. Revogação .......................................................... 459
7.3.5. Cassação ............................................................ 461
7.3.6. Prorrogação ......................................................... 461
7.3.7. Extinção .............................................................. 462

7.4. Livramento condicional ............................................... 463
7.4.1. Conceito e natureza jurídica .................................... 463
7.4.2. Requisitos .......................................................... 464
7.4.3. Condições .......................................................... 467
7.4.4. Concessão e execução ........................................... 468
7.4.5. Revogação .......................................................... 469
7.4.6. Prorrogação ........................................................ 471
7.4.7. Extinção .............................................................. 472
CAPÍTULO III
CONCURSO DE CRIMES ................................................................. 473
1. Conceito .................................................................................. 473
2. Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes .......... 474
3. Concurso material .................................................................... 474
   3.1. Condenação a penas de reclusão e detenção ..................... 475
   3.2. Condenação a pena privativa de liberdade e restrição de direitos .... 475
   3.3. Concurso material e penas restritivas de direitos .......... 475
4. Concurso formal ....................................................................... 476
5. Continuidade delitiva .............................................................. 478
   5.1. Crime continuado genérico ou comum .......................... 479
   5.2. Crime continuado específico ......................................... 482
6. Questões complementares ....................................................... 484
   6.1. Concurso de crimes e prescrição ..................................... 484
   6.2. Concurso de crimes e suspensão condicional do processo .... 484
   6.3. Concurso de crimes e pena de multa ................................ 485
   6.4. Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais ...... 485
   6.5. Concurso de crimes e Lei nº 12.403/2011 .................... 486
   6.6. Concurso de crimes na execução penal ....................... 486

CAPÍTULO IV
DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA ................................................... 487
1. Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança .... 487
2. Princípios informadores das medidas de segurança ............... 488
3. Espécies de medida de segurança .......................................... 489
4. Pressupostos da medida de segurança ..................................... 490
5. Aplicação das medidas de segurança ...................................... 491
   5.1. Duração da medida de segurança .................................... 491
   5.2. Perícia médica ............................................................... 492
6. Desinternação ou liberação condicional ................................. 492
7. Reinternação do agente .......................................................... 493
8. Conversão da pena em medida de segurança ......................... 493
9. Internação civil ................................................................. 495
10. Extinção da punibilidade e medida de segurança ................. 495
11. Medida de segurança provisória ........................................... 497
CAPÍTULO V
EFEITOS DA CONdenAÇÃO ................................................................. 499
1. Introdução......................................................................................... 499
2. Efeitos extrapenais genéricos ......................................................... 499
   2.1. Tornar certa a obrigação de indenizar ................................... 500
   2.2. Confisco dos instrumentos e produtos do crime ............... 500
3. Efeitos extrapenais específicos ...................................................... 502
   3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .......... 502
      3.1.1. Efeitos administrativos da condenação ...................... 502
      3.1.2. Efeitos políticos da condenação ................................ 503
   3.2. Incapacidade para o exercício do pátrio poder (poder familiar),
        tutela ou curatela................................................................. 506
   3.3. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio
        para a prática de crime doloso............................................. 507
4. Efeito da condenação na legislação extravagante ......................... 507
   4.1. Lei de Tortura ........................................................................... 507
   4.2. Lei de Organização Criminosa ............................................... 507
   4.3. Lei nº 7.716/89 – preconceito racial .................................... 508
   4.4. Lei de Lavagem de Capitais ................................................... 508
   4.5. Lei de Falência ......................................................................... 508
   4.6. Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal .... 509

CAPÍTULO VI
REABILITAÇÃO .................................................................................. 511
1. Conceito e Cabimento..................................................................... 511
   1.1. Assegurar sigilo das condenações ......................................... 511
   1.2. Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da
        condenação (art. 92 do CP)................................................... 512
2. Requisitos......................................................................................... 513
3. Revogação......................................................................................... 513
4. Competência e recurso ................................................................. 514
5. Reabilitação e pluralidade de condenações................................... 514

CAPÍTULO VII
AÇÃO PENAL ........................................................................................... 515
1. Introdução......................................................................................... 515
2. Características do direito de ação................................................ 515
3. Condições da ação 516
4. Classificação da ação penal 517
  4.1. Ação penal pública incondicionada 518
  4.2. Ação penal pública condicionada 519
    4.2.1. Da representação do ofendido 519
    4.2.2. Da requisição do Ministro da Justiça 522
  4.3. Ação penal de iniciativa privada 524
    4.3.1. Ação penal exclusivamente privada 524
    4.3.2. Ação penal privada personalíssima 527
    4.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública 528
    4.3.4. Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada 529
  4.4. Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP) 532
  4.5. Ação penal nos crimes contra a honra 532
  4.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual 533

BIBLIOGRAFIA 537